

ÉTICA E EDUCAÇÃO: A MEDIDA PARA O DESMEDIDO

Eduardo Simões*

Resumo: O objetivo do presente texto é o de analisar o problema da ética na perspectiva de nossa herança cultural, cujo desenvolvimento está diretamente relacionado com as etapas de nossa formação de identidade e, conseqüentemente, com o que recebemos em termos de educação formal e informal. Trata-se de averiguar, sob o ponto de vista da reflexão pessoal, quais teriam sido os fatores que desencadearam e predispueram nosso ideário ético e, ainda, averiguar o que é que nos resta de resquícios do passado e que ainda nos são fonte de resistência e do não apaziguamento. Propõe-se, além disso, levantar a reflexão a respeito dos fatores que caracterizam o ser ético, cuja tutela certamente é de responsabilidade da educação. Entende-se aqui que ética e educação estão intimamente associados, uma vez que ninguém nasce sabendo o que lhe convém. Esse saber viver precisa ser ensinado, atualizado, contextualizado e adaptado às transformações históricas. Enfim, apresentam-se possíveis caminhos, cujos reflexos da vivência poderá redundar, no mínimo, num repensar as ações em vista de uma vida mais justa, digna e respeitosa.

Palavras-chave: Ética. Moral. Sociedade. Família. Educação.

Abstract: The objective of this paper is to analyze the problem ethics from the perspective of our cultural heritage, whose development is directly related to the steps of our identity formation and, consequently, what we get in terms of formal and informal education. This is to ascertain, from the point of view of personal reflection, which would have been the factors that triggered and predisposed our ethical ideals and also find out what is left in the remnants of the past and still are the source of resistance and no subsidence. It is proposed, moreover, raise the reflection about the factors that characterize the ethical being whose guardianship is certainly the responsibility of education. It is understood here that ethics and education are closely associated, since no one is born knowing what suits you. This knowledge needs to be taught live, updated, contextualized and adapted to historical transformations. Finally, we present possible paths, whose reflections of experiences might result, at least in rethinking the actions in view of a more just, dignified and respectful life.

Keywords: Ethics. Moral. Society. Family. Education.

1 Introdução

Temos visto nos últimos tempos o que para muitos sinaliza uma espécie de “despertar ético” na sociedade brasileira. Esse despertar ético, que começou nas últimas décadas de nossa história, não deveria, mas foi, motivado por eventos políticos casuais: começou com a denúncia de Pedro Collor que levou o seu irmão Fernando Collor ao *impeachment*, perpassou por José Carlos Alves dos Santos, Secretário do Departamento de Orçamento da União, que denunciou os políticos que manipularam os recursos da União – os anões do Orçamento – e

* Doutor em Filosofia pela UFSCar. Professor e coordenador de pesquisa da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Montes Claros (FACIT). E-mail: eduardosimoes@yahoo.com.br

redundou na denúncia de Roberto Jefferson sobre o “mensalão do PT” para manter uma base aliada no Congresso. Diante dos escândalos propiciados por tais eventos, digamos, casuais (pois o pano de fundo envolveu não uma intenção ética em querer mudar as coisas, mas questões relacionadas a traições conjugais, assassinatos e o querer morder uma fatia maior do bolo), parece que a nação brasileira colocou na pauta de suas discussões o tema da ética. A partir de então, muitas empresas passaram a disponibilizar cursos de curta duração para os seus executivos sobre ética nos negócios; outras, criaram em seu interior Comitês de Ética, a fim de avaliar as condutas e planejar eticamente as estratégias; nas universidades, dificilmente cursos são oferecidos sem que a temática da Ética faça-se presente: seja a ética de cunho filosófico e especulativo ou especificamente a discussão a respeito dos códigos de ética profissional; nos hospitais e instituições que oferecem cursos de formação em saúde, Comitês de Ética Médica e Ética em Pesquisa tornaram-se obrigatórios. Vemos ainda um clamor ético nas esferas da atuação política, religiosa, profissional, na relação com o meio ambiente, na preocupação com a sociedade e com planeta que legaremos às gerações futuras. A questão ética tornou-se urgente e, parece-nos, irrevogável.

2 Ética e Educação

Esse clamor ético, de longe, aproxima-se de alguma preocupação com a herança cultural que nos deixou os teóricos desse campo. Não há uma preocupação específica em saber sobre o conteúdo da virtude do *Mênon* de Platão, bem como, não preocupa a população com o conteúdo específico da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles ou mesmo o que disse Santo Agostinho sobre a origem do mal nas *Confissões*. Não existe preocupação, ainda, com a *Ética* imanente de Spinoza, nem muito menos com Kant e a ética racionalista da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Pragmaticamente ainda se lê Nietzsche em *Além do Bem e do Mal*, ou o *Utilitarismo* de Stuart Mill ou, ainda, *O Uso dos Prazeres* de M. Foucault, muito mais pela curiosidade que desperta enquanto *best sellers*, do que pela busca de um possível auxílio ético que neles se possa encontrar. Esse despertar ético vem muito mais como uma espécie de reação à situação de má-criação que nos parece herança colonial. O povo brasileiro foi formado na cultura do “jeitinho”, dos conchavos, dos subornos, da falta de comprometimento, da não-entrega, do “meia-boca”, do “para constar”, do para “inglês ver”, “do empurrar com a

barriga”, do “deixar como está para ver como é que fica”, da descrença nas próprias possibilidades do país e de suas instituições. E isso parece ter se perpetuado ao longo dos séculos a ponto de sermos tomados pela avaliação externa como um povo não-sério, não-trabalhador e não-comprometido conosco e com o nosso próprio futuro. Basta lembrar as afirmações recentes feitas na Suíça por Joseph Blatter, presidente da Fifa, e difundidas em todos os veículos de comunicação, a respeito do que ele pensa dos brasileiros e do Brasil (que, querendo ou não, reflete como somos avaliados externamente), diz: “O Brasil é a sexta maior economia do mundo e, quando Lula estava no poder, ele disse que queria uma melhoria no país. Mas, para isso, precisa-se da vontade do povo para trabalhar” (www.gazetadopovo.com.br), isto é, na sua acepção somos preguiçosos.

De fato, exemplos de descompromisso não nos faltam: no campo político, a confiança e a credibilidade por parte do povo se foi a muito tempo – generalizou-se a concepção de que “é assim mesmo e não tem jeito”, de que “todo político é ladrão” e de que “eles tudo podem e nós temos que nos submeter” e que remar contra a maré é desgastar-se com causa perdida; do judiciário, tem-se a impressão de que nada funciona, de que as leis só se aplicam a “negros e pobres”, de que a impunidade impera e de que a relação promíscua entre esse setor e os que detém o poder é pública e notória, portanto, basta acreditar que “o que é legal é justo” e que a “justiça é cega e imparcial” e isso nos servirá de consolo; do legislativo, tem-se a certeza de que as leis são compostas para o auto favorecimento do legislador, que o que importa é o legislar em causa própria e em favor das elites burguesas, protegendo-se contra qualquer imputação externa na “letra da lei”; do serviço público, o que impera é a imagem da ineficiência, do mau-atendimento, da corrupção, da desordem e do mau uso do erário público em favor de caprichos individuais; e do “povão” em geral, a imagem que perpetua é a do comodismo, da indiferença, do “não é comigo”, das “vistas grossas” e dos mais espúrios comportamentos evasivos de responsabilidade.

Não é difícil encontrar em todos os setores os mais variados tipos de desvios que, infelizmente, pela recorrência da ação, tornaram-se “verdades genuínas”: na atividade de trabalho, não é difícil encontrar o “corpo mole” ante aquilo que é compromisso do trabalhador e pelo qual ele é remunerado; no campo religioso, Deus é quem costuma ser comercializado como se fosse produto de supermercado, de aquisição obrigatória, e sem a qual a eminência de “ir para o inferno” é manifesta; no campo político, o “desviozinho” tornou-se normal, a apropriação do bem público é corriqueira, a formação das bancadas remuneradas para manter

os interesses do governante é institucionalizada, a corrupção de todo o tipo tornou-se lugar-comum; na saúde, não é difícil encontrar a relação incestuosa entre médicos e grandes laboratórios de medicamentos, deles com os planos de saúde, bem como, com profissionais prestadores de serviços laboratoriais, de imagem e de diagnóstico em geral. Tornou-se comum, por exemplo, que se receba os honorários por internação e tratamento feitos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mas que também são remunerados de forma ilegal e imoral como se fossem procedimentos particulares (basta verificar nas esferas da Justiça quantos são os processos que requerem ressarcimentos em casos dessa ordem); no campo acadêmico, encontra-se corriqueiramente a “colinha” na hora da prova, o “nomezinho” no trabalho do colega – uma vez que “não tive tempo para fazer” –, o pacto de mediocridade onde tudo é feito pelas metades, “meia-boca”, tendo em vista o fato de que o que importa é o ficar com a média, formando, dessa forma, um batalhão de profissionais também medíocres; encontram-se também, nesse campo, a “montagem da banca”, seja para favorecer ou mesmo para prejudicar alguém. Enfim, poder-se-ia apontar aqui milhares de exemplos daquilo que é mais repulsivo do ponto de vista da ação humana. Importa-nos, por ora, tentar entender: onde erramos? Quais as origens e os fundamentos dos nossos desvios éticos?

Sobre as origens históricas de nossa formação ética, dispensamos quaisquer comentários. É nos autoexplicativo que no Brasil tudo começou num desenredo; basta que saibamos que nossa história está ligada a uma colônia de exploração, cuja preocupação dos nossos colonizadores nunca foi fazer daqui uma nação. Até a vinda de Dom João VI e da família real para cá se deveu a um evento casual – a não-fuga redundaria num aprisionamento deles por parte de Napoleão, que não ocorreu por algumas poucas horas de diferença na partida para o novo continente. Dessa forma, nem nos tempos coloniais, nem no Império e nem na República Velha tivemos aqui sinais de uma preocupação ética. Evidentemente, a ética também não floresceu na ditadura de Vargas e nem após o golpe militar de 31 de março de 1964. Foi pela boca do partido da União Democrática Nacional que se falou pela primeira vez em ética no país, isto é, 450 anos depois do descobrimento (também casual) do Brasil. Por essas razões, sempre estivemos, em termos de alicerces, distantes de uma sociedade com bases éticas estáveis. E tiveram que ser também eventos casuais, após o governo Collor, a nos introduzir nesse tipo de discurso e ação. Mas, afinal o que vem a ser ética? Em que sentido esse termo aqui se aplica?

Etimologicamente, ética vem do grego *ethos* e tem duplo sentido. Primeiramente, significa comportamento: comportamento que é bom, que convém. Trata-se da parte da filosofia que busca a reflexão sobre o comportamento humano, sob a ótica das concepções de bem e mal, de justo e injusto. E em segundo lugar, esse termo significa “morada”. Isto é, todas as vezes que o homem entra em conflito com o *ethos* ou tenta abandoná-lo, ele se sente perdido, fora de casa. Eis a face subjetiva da ética, âmbito em que encontramos a culpa, a denúncia de algo que costuma ser chamado de “voz interior”.

Em latim esse termo ganha outro significado: *mos, moris*, maneira de se comportar regulada pelos costumes sociais. A moral é a explicitação do dever que o homem tem para consigo e para com a sociedade, que é legitimado por normas de conduta. Essa diferenciação é essencial para que confusões interpretativas sejam evitadas. Se falamos de moral, estamos falando das regras de conduta, dos costumes de um povo específico. Portanto, a moral tem uma conotação regional e transitória. Agora, se falarmos de ética, falamos da reflexão a respeito da ação moral, seja ela do ponto de vista individual: “devo cumprir uma promessa que fiz ao meu amigo ontem se hoje percebo que ela me traz prejuízos?”; seja do ponto de vista coletivo: “porque X se mostra solidário a Y?” Certo é que ética e moral estão intrinsecamente relacionadas, visto que, uma é a reflexão a respeito dos atos e efeitos da outra.

Ética e moral também estão intimamente relacionadas com a educação, isso porque, o que é ético ou moral no ser humano não é inato e sim fruto do que lhe fora ensinado pela educação (moral) e que gera no indivíduo uma reflexão (ética). Sendo assim, se há crise na educação, conseqüentemente, é de se esperar que haja crise no comportamento moral e na reflexão ética de um povo. E é justamente isso que estamos vivendo, mas, que, felizmente, tem sido isso também a saída para o nosso amadurecimento em termos de formação de nossa identidade ética.

Estamos vivendo uma crise na educação que gera um efeito tríplice: primeiro, o que se entende por família, responsável pela educação informal para a vida em sociedade, está em crise; segundo, vivemos o ápice do individualismo moderno, muitas vezes motivado pela educação formal que promove a sociedade dos especialistas, cujo reflexo antissocial e não solidário reflete um comportamento que se universaliza; e, terceiro, não estamos preparados para o bom uso da tecnologia, uma vez que não temos uma orientação para uma educação tecnológica. Mas, sem restringir os efeitos da crise a três dimensões, uma vez que os três mosqueteiros não eram três, mas vários, poderíamos estendê-la à crise na educação política,

na educação para os negócios, na educação médica, na educação midiática, na educação científica, na educação ecológica, na educação para vida privada, etc. Isso revela que muitas são as nossas crises educacionais.

No caso específico da crise da família, sintomática é a percepção contemporânea de sua caracterização. O antigo pai de família, autoritário pelas próprias circunstância, bem como, por necessidade, deixa a cena. Sua autoridade resume-se, no século XXI, a questões triviais: “Vá dormir meu filho, porque você terá aula amanhã pela manhã!”, “preocupa não pai, se eu ficar com sono o problema é meu”; ou então, “arruma a cama menino!”, seguido da resposta, “fecha a porta que não incomodará ninguém”; ou ainda, “venha almoçar!” acompanhado da pérola “então coloca a comida e traga para mim no sofá, pois estou assistindo o desenho”. Aquela autoridade do contexto rural, do tipo “se o feijão estivesse secando no terreiro da casa e o céu se fechasse, ameaçando chover, os pais ordenavam aos filhos recolher o feijão imediatamente, o que era feito de forma indiscutível (...)” (PENA, 1999, p. 68), há muito deixou de existir. Nos dizeres de Pena (1999), a autoridade se perdeu e a educação para a vida em sociedade foi delegada à escola. Agora, pergunta-se: se um pai ou uma mãe não dá conta de educar um ou dois filhos (padrão atual das famílias brasileiras), quem dirá um(a) professor(a) com uma sala sobrecarregada de 30 a 40 alunos. Isso, inclusive, esvaziaria a função primordial da escola que é a de informar, pois o ato do formar é de competência exclusiva do indivíduo, é claro, assessorado pela família, principalmente, no caso das crianças. Se a família, por exemplo, faz-se ausente no momento da formação do caráter do indivíduo ou da concretização de sua identidade, ele poderá ter sérios desvios de conduta onde, depois, não adiantará mais se perguntar: “onde errei?”.

Quanto ao individualismo, identificado por Pena (1999), bem como, por Zajdsznajder (1994), esse parece ser um dos mais profundos estigmas éticos contemporâneos. Estamos cada vez mais individualistas: procuramos vantagens pessoais e torcemos pelo fracasso alheio; buscamos o nosso sucesso e usamos o outro como ponte ou escada; não nos dói o sofrimento alheio, pois somos a ele indiferentes; concorremos por espaços em uma espécie de “corrida maluca” que, às vezes, o que vale não é a reta final, mas as artimanhas que usaremos durante o percurso para deixar o outro para trás – não nos ensinaram que os fins justificam os meios?; burlamos a lei, ignoramos a moral, vemos a ética como algo relativo e usamos o nosso “jeitinho” para contornar as ações em nosso favor. Inclusive, esse jeitinho, típico do brasileiro, deixou de ser sinônimo de plasticidade e resiliência para se tornar fonte de

denúncia do mau-caratismo e da desonestidade de muitos. E esse individualismo tornou-se fonte de muitos dos nossos infortúnios, pois negando algo que é próprio da raça humana, a realidade da auto dependência, coloca-nos numa guerra de todos contra todos.

Por fim, apresentamos a realidade da falta de educação no uso tecnológico que se torna um problema nas sociedades contemporâneas. Essa, já havia sido fonte de problemas durante a Guerra Fria. A famigerada Guerra nas Estrelas, ocorrida durante o período pós-guerra, representou mais do que um movimento ideológico do capitalismo X socialismo. Ela alimentou o investimento em alta tecnologia com o fim último de armar até os dentes os que encabeçavam esses dois movimentos, colocando o mundo em permanente estado de guerra. Depois disso, ou como uma herança desse período, quem não se lembra da Guerra do Golfo ou da Guerra do Iraque? Os ataques noturnos apareciam-nos na televisão como um grande show pirotécnico, banhado pelo mar de sangue de crianças e adultos inocentes. A partir de então, permanecemos em constante alerta. E quando nos pegam de sobressalto alguma querela entre EUA e Rússia, por exemplo, quando vemos a última invadindo território alheio, o ucraniano, e recebendo do primeiro o ultimato para pôr fim às suas pretensões, logo vem-nos à mente todos os horrores do século passado. Esse tipo de intrigas, faz-nos lembrar todas as atrocidades que no passado foram subsidiadas pelo mau uso da tecnologia em favor da guerra.

Em termos restritos, vemos também a falta de orientação para o uso educado e civilizado da tecnologia, que não é um mal em si, em nossos próprios lares. Nos EUA, por exemplo, é comum ocorrer que jovens e adolescentes entrem armados em espaços educandários para executarem seus próprios colegas e professores. O que havia de ter acontecido com esses jovens? Transgressão pura e simplesmente? Transtornos mentais? Investigações revelam que a maioria desses jovens vivia uma vida dividida em dois turnos: um em que frequentavam a escola e o outro no qual permaneciam fechados em casa em frente à televisão ou aos computadores, com os games mais modernos no que diz respeito à violência e ao combate. Esses jovens que não tinham uma formação voltada para a vida em sociedade, à primeira frustração real com um colega, por exemplo, resolviam o problema à maneira como era resolvido virtualmente, isto é, sacavam da arma do pai e executavam todos os seus desafetos.

Até que ponto que a tecnologia influencia na manifestação de violência do indivíduo, ainda não temos pesquisas consistentes, mas dados importantes apresentados por Pena (1999, p.71-72), que já estão há muito subestimados, nos apontam, no mínimo para uma reflexão: primeiramente, apresenta dados da ONU originados de uma coluna do jornalista Gilberto

Dimenstein (www.aprendiz.com.br). Esses dados dizem que uma criança que assista duas horas de desenhos animados na televisão brasileira está submetida a 40 cenas de violência; num mês, 1200 cenas e num ano 14.400 cenas de violência. Em primeiro lugar estão as de lesão corporal (57%) e em segundo suicídio (30%). A outra pesquisa foi da professora Paula Cunha Gomide, da UFPR. Envolvendo 160 adolescentes, com idades entre 14 e 16 anos, a pesquisa primou-se por dividi-los em três grupos e submetê-los à audiência de alguns filmes: *Kids*, com cenas de violência sexual e drogas; *Time Cop*, com lutas marciais; e *Águas Perigosas*, sem violência nenhuma. “Depois das sessões, a professora promoveu um campeonato de futebol. Os estudantes que viram os filmes pesados demonstraram uma atitude mais agressiva em campo, propensos a chutes, cuspes, xingamentos e empurrões” (PENA, 1999, p. 72).

Parece ser fato que o mau uso da tecnologia tem os seus efeitos maléficos e a história já provou isso. Cabe-nos, portanto, a presença familiar atuando como orientadora das ações e ajudando crianças, jovens e adolescentes na utilização dos recursos tecnológicos. Afinal, a ausência da família nessa atuação tem redundado em sérios prejuízos na vida e no equilíbrio psíquico de uma criança ou de um adolescente que, por exemplo, foi vítima de crime sexual iniciado nas redes sociais. Queixar-se posteriormente não resolverá o problema.

Diante do exposto, haveria alguma saída ética para a nossa nação? Primeiramente, seria enganoso generalizar as afirmações acima, visto que, tais atos não se tratam do comportamento de boa parte dos brasileiros – e isso gostaríamos de deixar reforçado aqui. Em segundo lugar, no caso do brasileiro, parte de sua identidade está ainda por se formar. Há algo de adolescente e mesmo de infantil em nosso modo de ser e agir. Daí a importância da educação, formal e informal, para auxiliar a constituição de tal identidade – só não dá para aceitar que fiquemos “deitados eternamente em berço esplêndido”. Teremos sim que ter alterados nossos modos de como nos relacionamos em nossa intimidade (os excessos de exibicionismos veiculados na mídia, por exemplo), nas relações profissionais, no trabalho, nas relações no interior das empresas e entre elas, na administração pública, no espaço público da rua, no uso dos equipamento comunitários que, enquanto públicos, são de todos e não de ninguém, no uso mal intencionado da tecnologia, no nosso individualismo e no reconhecimento de que o conceito de autoridade e moralidade no Brasil tem que ser repensado. E aqui, mais uma vez, a educação não pode ser coadjuvante.

Sendo assim, o que apresentamos abaixo, muito mais do que servir para alguma espécie de orientação para mudança, pode servir como possíveis pistas para o nosso repensar e despertar éticos. Primeiramente, é urgente rediscutir o papel da família. Se houve um tempo em que a mesma era tida como *célula mater*, há muito, sabe-se, isso não é mais uma verdade. Urge resgatar-lhe o seu poder formativo, educacional, de orientação para vida privada e para a vida em sociedade. O próprio conceito de autoridade terá que ser repensado, não podendo ser confundido com o totalitarismo aos moldes do um antigo Ánax micênico, aquele pai de família, ou rei divino, e que detinha o poder sobre a vida e a morte das pessoas. É de se retomar o espaço familiar como o espaço do diálogo, onde mesmo estando os papéis previamente definidos, ainda assim, não lhes falte a negociação e a escuta. Não dá mais para conceber o lar como o ponto de encontro de ilustres desconhecidos, apesar dos laços consanguíneos serem fortes e estreitos. Dessa forma, não se pode admitir que a família exima-se da sua função educativa para transferir para a escola.

Outra coisa que precisa ser rediscutida na família, nas empresas, nas escolas, nas universidades, nos ambientes públicos e privados, é sobre os efeitos maléficos do individualismo para a comunidade humana. A própria noção de comunidade, sempre presente na história ocidental, dá-nos a noção de “comum unidade” ou de “comunhão”, *communio onis*, que significa “aquele que come o pão junto”. Sendo assim, se as nossas próprias raízes remontam à unidade, não é possível conceber esse individualismo selvagem do presente século. O grande problema do individualista é que ele não pensa em si como um “indivíduo”, o que seria legítimo; além disso, vê no outro uma espécie de inimigo, contra o qual ele tem de lutar com todas as suas forças. Se percebêssemos a importância e presença do outro em nossas vidas, certamente seríamos menos egoístas, pois não sou eu quem dirijo o ônibus que me conduz à escola, dependo do motorista; não sou eu quem cultivo e preparo os alimentos que como, dependo do agricultor, do pecuarista, daqueles envolvidos na linha de produção, do transportador, do supermercado, de quem o cozinha até chegar à minha mesa; não fui eu quem construiu a minha casa, dependi do arquiteto, do engenheiro, do pedreiro, da casa de material de construção, etc.; para manutenção do meu emprego, dependo do meu empregador e de quem contrata os seus serviços. E aqui poderíamos dissecar uma infinita cadeia de interdependência que o individualista desconhece.

Outras sete dimensões do ser ético estão atreladas aos seguintes fatores. O primeiro deles é o cuidado: o cuidado de si (tomar as vitaminas certas, fazer exercícios físicos, ter uma dieta

saudável, fazer exames periódicos, etc.); o cuidar do outro: o médico que se preocupa com o cuidado do paciente; os pais com o cuidado dos filhos e vice-versa; o governante que cuida da nação e protege o erário público do roubo e da depredação; o empresário que cuida dos funcionários, bem como, da natureza; o funcionário que cuida da propriedade do patrão; o servidor público que cuida do usuário do sistema; enfim, aquele que cuida da vida em geral e não permite que ela seja sacrificada. O segundo fator é aquele relacionado à consideração das pessoas: não se trata pessoas como seres inanimados ou matéria bruta – o respeito e consideração são-lhes imprescindíveis. Muito menos se usa o ser humano como meio: ou para enriquecer, ou como “massa de manobra” ou, ainda, como escravo numa sociedade capitalista. Deve-se respeitar a dignidade humana em suas mais variadas formas, inclusive, mantendo para com ela uma relação de distância cerimoniosa, sem o excesso de intimidade nas relações interpessoais, típicos das “pegadinhas dominicais”. O terceiro fator ligado à dimensão do ser ético refere-se à responsabilidade: responsabilidade para consigo e para com os outros. Responsabilidade naquilo que se refere ao responder pelos danos causados pelos atos e omissões de cada um. Daí temos uma reflexão que já aparece no imperativo categórico de Kant (1995, p. 39) que diz: “ages de maneira que possas querer que aquilo que te levou a agir se torne uma lei universal”. Se sou responsável, obviamente, não temo que a minha ação se torne uma lei universal quando a submeto ao imperativo categórico. A quarta dimensão do ser ético é a do limite. Aqui o adágio popular se aplica muito bem: “minha liberdade termina onde começa a do outro”. Se delimito minha liberdade tendo o outro como referência, muito provavelmente, não cometerei contra ele abusos. É aquela concepção sartreana de que só existe liberdade com responsabilidade. A quinta dimensão do ser ético é a da veracidade, onde a verdade é entendida aqui como uma proposição que se adequa ao fato. Ser verdadeiro significa apresentar os fatos como ocorrem ou ocorreram e buscar as interpretações e as explicações que lhes são pertinentes. Sendo assim, dissimulação, dupla personalidade, jogo duplo, dizem respeito à falta de autenticidade de um indivíduo descompromissado consigo mesmo e com os outros. A sexta dimensão do ser ético é a liberdade, nos dizeres de Sartre (1997, p. 543), liberdade para um homem que já está “condenado a ser livre”. Trata-se da liberdade não somente restrita à locomoção e à expressão, mas a liberdade em seu sentido mais amplo: de tomada de decisões, de expressão, de escolha, de ir e vir, de ser e de pensar. É óbvio que tal liberdade só pode ser pensada em sentido spinoziano, isto é, se ela estiver limitada a uma ordem necessária, do contrário, o que se entender por liberdade será apenas uma mera libertinagem. Por fim, a sétima e última dimensão do ser ético é aquela da leveza e

do festejar a vida. Versa-se sobre a ideia de que a vida não deve ser levada inteiramente a sério. Cabe-nos o espaço para a festa, para o riso, para a comemoração, para a celebração, para o canto, para a dança, para a alegria. Ou nas palavras do poeta Menotti del Picchia (1958, p. 22):

Goza a euforia do voo do anjo perdido em ti. Não indagues se nossas estradas, tempo e vento desabam no abismo, que sabes tu do fim? Se temes que o teu mistério seja uma noite, enche-a de estrelas. Conserva a ilusão de que o teu voo te leva sempre para o mais alto. No deslumbramento da ascensão, se pressentires que amanhã estarás mudo, esgota, como um pássaro, as canções que tens na garganta. Canta, canta para conservar uma ilusão de festa e vitória. Talvez as canções adormeçam as feras que esperam devorar o pássaro. Desde que nasceste, não és mais que um voo no tempo. Rumo aos céus? O que importa a rota? Voa e canta, enquanto resistirem as tuas asas.

Isto é, aproveite o seu dia como se fosse o último, celebre a vida e seja feliz. As responsabilidades são-nos dadas sem que nós as peçamos, mas a alegria de viver é uma produção nossa.

3 Conclusão

Quisemos aqui apresentar algumas reflexões a respeito da ética na contemporaneidade; ao mesmo tempo, foi também o nosso intuito apresentar dilemas e não encaminhar “soluções”, mas oferecer dicas. Cabe, portanto, a cada um a consciência individual ante suas ações e a análise sobre sua correção. A ética, ao tratar da reflexão sobre o ato moral, resume-se em orientar e encaminhar. Ela não é normativa, não impõe códigos e não se fundamenta na letra da lei. Muito mais como um sopro interior, inspira-nos a não sairmos da “morada” dos nossos princípios e a não abandonar os nossos valores. E quanto à origem e fundamentação desses valores não encontramos um outro lugar que não na educação. “O homem só pode tornar-se homem pela educação. Ele é apenas o que a educação faz dele” (KANT).

Referências Bibliográficas

KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. Porto: Porto Editora, 1995.

MORAES, Sérgio. Blatter diz que Brasil vai melhorar se tiver 'vontade de trabalhar'. *Gazeta Do Povo*. 16 maio 2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/copa2014/conteudo.phtml?id=1469279>. Acesso em: 24 ago. 2014.

PENA, Roberto Patrus Mundim. Ética e (falta de) Educação. In: _____ *Tempo Escolar: Hora de Refletir, Planejar e Construir a Escola Sagarana*. Vol. 3. nov. Belo Horizonte: SEE/MG, 1999. (Série Lições de Minas – Tempo Escolar)

PICCHIA, M. del. *Poesias (1907-1946)*. São Paulo: Martins, 1958.

SARTRE, Jean-Paul. *O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica*. 8. ed. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

SPINOZA, B. *Ética*. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

ZAJDSZNAJDER, Luciano. *Ser Ético no Brasil*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1994.